



**POVOS TRADICIONAIS EM CENTROS URBANOS: os
indígenas em contexto urbano na cidade de Uberlândia/MG**

**TRADITIONAL PEOPLES IN URBAN CENTERS: the indigenous
people in urban context of Uberlândia/MG**

FELIPE PEREIRA MOTA DE SOUSA¹

ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA²

RESUMO

Ao analisarmos os fluxos migratórios nos centros urbanos brasileiros percebe-se uma tendência no aumento de povos indígenas que vão residir nos centros urbanos. Isto é consequência de uma série de condições internas e externas para estes povos, e dentre estas condições podemos citar: problemas fundiários, escassez de recursos, adversidades climáticas entre outros. Estes grupos de indígenas são considerados indígenas em contexto urbano, e são encontrados em várias cidades do território brasileiro. Suas condições de vida vão variar amplamente, dependendo do contexto e do lugar em que passam a viver. Atualmente no Bairro Élisson Prieto, também conhecido como Assentamento Glória, localizado na cidade de Uberlândia em Minas Gerais, reside um grupo de indígena que está inserido no contexto citado. Assim, este trabalho tem como objetivo principal estudar as identidades e as territorialidades dos indígenas atualmente residentes no Bairro Élisson Prieto. Como objetivos específicos buscamos descrever como ocorreu o processo de migração e estabelecimento dos indígenas no centro urbano; entender quais foram as relações estabelecidas no processo de territorialização no Bairro Élisson Prieto

¹ Graduando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Iniciação Científica Fapemig. Edital DIRPE n. 2/2023 cod. 7669950. E-mail: felipewmota@gmail.com

² Doutora em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Instituto de Geografia IG/UFU. E-mail: angelafagna@ufu.br

e analisar as identidades presentes no território. A pesquisa foi desenvolvida considerando as seguintes etapas: i) Referencial teórico, para compreender os conceitos de território, identidade, além da territorialidade e identidade territorial; ii) Fontes secundárias para levantamento de dados relacionados à cidade de Uberlândia e sobre os 389 indígenas que residem nesta região; iii) Fontes primárias levantadas a partir de pesquisas de campo, visando a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Urbano. Território. Identidade. Uberlândia.

ABSTRACT

When we analyze migratory flows in Brazilian urban centers, we can see a trend towards an increase in indigenous peoples residing in urban centers. This is a consequence of a series of internal and external conditions for these people, and among these conditions we can mention: land problems, scarcity of resources, climatic adversities, among others. These groups of indigenous people are considered indigenous in an urban context, and are found in several cities in Brazilian territory. Their living conditions will vary widely, depending on the context and place in which they live. Currently in the Élisson Prieto neighborhood, also known as Settlement Glória, located in the city of Uberlândia in Minas Gerais, there lives an indigenous group that is inserted in the aforementioned context. Thus, this work's main objective is to study the identities and territorialities of indigenous people currently residing in the Élisson Prieto neighborhood. As specific objectives, we seek to describe how the process of migration and settlement of indigenous people in the urban center occurred; understand what relationships were established in the territorialization process in the Élisson Prieto Neighborhood and analyze the identities present in the territory. The research was developed considering the following steps: i) Theoretical framework, to understand the concepts of territory, identity, in addition to territoriality and territorial identity; ii) Secondary sources for collecting data related to the city of Uberlândia and about the indigenous people who reside in this region; iii) Primary sources collected from field research, aiming at the application of semi-structured interviews and photographic records.

KEYWORDS: Indigenous. Urban. Territory. Identity. Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Quando analisamos os fluxos migratórios nos centros urbanos brasileiros ao longo das últimas décadas, observamos que existe uma tendência específica e que tornou-se cada vez mais intensa nos últimos anos, que é o aumento dos povos tradicionais nas cidades. Devido a uma série de condições como problemas fundiários, escassez de recursos, adversidades climáticas entre outros, uma parcela da população indígena brasileira hoje vive nas cidades, sendo considerados como indígenas em contexto urbano.

Além disso, nos últimos dez anos, quando comparamos os censos do IBGE de 2010 e 2022, percebemos que houve um crescimento exponencial dos indígenas no Brasil, com um aumento de quase 90% em toda a população indígena brasileira. Para Albuquerque (2011) este aumento nos dados censitários do IBGE aponta um fenômeno intrigante: o crescimento exponencial da população indígena no Brasil, nas últimas décadas, parece estar mais relacionado à autoidentificação como indígena de pessoas que migraram para as cidades do que ao aumento da população indígena nas áreas rurais.

Carvalho (2007) explica que este fenômeno ocorre devido ao cenário mais favorável criado para que esta autodeclaração ocorra. Ele aponta como condicionantes deste processo os seguintes fatores: a crescente valorização da diversidade cultural e da importância da preservação ambiental no contexto social brasileiro; implementação de políticas públicas que priorizam e valorizam segmentos específicos da população, como as políticas compensatórias e afirmativas, proporcionou maior visibilidade e reconhecimento aos direitos indígenas; além disso, a atuação do movimento indígena ganhando mais organização e força, com suas lutas e reivindicações, também foi fundamental para fortalecer a identidade indígena e incentivar a autodeclaração.

A partir dos dados apresentados sobre os indígenas em contexto urbano, este artigo tem como objetivo analisar os povos indígenas em contexto urbano residentes no Bairro Élisson Prieto e suas relações com o território que ocupam e com a cidade circundante.

Busca-se então compreender como foi este processo de adaptação a cidade, que partiu de um processo de desterritorialização, ou seja, consistiu na perda ou saída de seu território originário, e que a partir da ocupação de um novo território, com suas novas dinâmicas, ocorre o processo de territorialização, de construção de uma nova identidade associada a este novo local de habitação, além de buscar entender quais são os desafios enfrentados no que se diz respeito a viver em um centro urbano.

Para isso, foi utilizado um referencial bibliográfico orientado por autores que analisam as categorias de território e identidade tais como: Haesbaert (2004, 2005, 2007, 2011), Raffestin (1993), Santos (2002, 2012) e Saquet (2007) para abordagem territorial e Castells (1999) e Oliveira (1976) para discussão identitária. . Tais categorias fornecem um arcabouço necessário para realizar esta discussão. Assim, por meio de uma abordagem qualitativa, nesta pesquisa analisamos as identidades e territorialidades desveladas pelo processo de assentamento dos indígenas nos centros urbanos e como eles criam suas redes de conexões e interações com os atuais territórios. A partir desta relação entre os indígenas com a cidade e o meio urbano, buscou-se analisar o território de forma multidimensional, levando em consideração o caráter dinâmico do fenômeno migratório. O objetivo foi identificar as relações que este grupo estabelece dentro do contexto em que está inserido e como essas relações influenciam a questão identitária do grupo.

Assim, o trabalho foi dividido em quatro partes, iniciando com esta introdução e com um item referente aos procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa e, posteriormente, três itens, sendo o primeiro denominado “O bairro Élisson Prietro”, contendo informações do bairro; segundo denominado “Indígenas em contexto urbano”, abordando a presença dos indígenas na cidade e apresentando o contexto dos indígenas que residem atualmente no bairro; e por último o item “Território e Identidade: a ligação com o espaço ocupado”, que discute as noções de territorialidade e identidade territorial, associado às categorias de território e identidade, relacionando estes conceitos diretamente com os indígenas que residem no bairro. Ao final tecemos algumas considerações a luz dos objetivos propostos com a pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sistemático para a construção do referencial teórico da pesquisa e também um levantamento de dados secundários disponibilizados pela Prefeitura de Uberlândia, pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE e pesquisas na internet a respeito do histórico do bairro Élisson Prieto e da cidade de Uberlândia/MG. A partir destes levantamentos foram então desenvolvidas pesquisas de campo que buscaram levantar dados primários a partir de entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos sobre as identidades e territorialidades dos indígenas residentes no bairro Élisson Prieto³.

A autora Dirce Suertegaray (2009, p. 2) destaca as vantagens da pesquisa de campo para melhor entendimento e compreensão do local estudado:

Na compreensão da hermenêutica, o campo é a interação do sujeito no seu caminhar e pensar com o objeto. O sujeito como ponto de partida do conhecimento promove, a partir de sua vivência, a ação que desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo. O campo é o texto, este precisa ser desvendado, aberto e compreendido em seus múltiplos significados para, a partir dessa compreensão promover a reconstrução do sujeito/objeto/sujeito.

Para o levantamento de dados primários foi elaborado um roteiro semi-estruturado de entrevista com perguntas baseadas na pesquisa qualitativa, definida por Godoy (1995) como a busca por compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos próprios participantes. Ao contrário das pesquisas quantitativas, que se concentram em enumerar e medir eventos, a pesquisa qualitativa não se utiliza de instrumentos estatísticos. Ela se baseia na coleta de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos através do contato direto do pesquisador com a situação em estudo. O objetivo dessa pesquisa é entender como os participantes interpretam e experienciam o mundo ao seu redor, revelando significados e nuances que podem ser perdidos em métodos quantitativos.

³ Pesquisa submetida ao Comitê de Ética número 78393324.3.0000.5152 e aprovada por meio do parecer consubstanciado número 6.816.870.

Por meio das entrevistas semi-estruturadas, buscou-se compreender o histórico do grupo e etnia e também os motivos que levaram à migração. Além disso, a entrevista continha questões norteadoras relacionadas ao território, identidade, cidade, desafios enfrentados, entre outros.

De acordo com Manzini (1990), dentre as vantagens que, de modo geral, podem ser atribuídas à entrevista, ele vai citar: uma das únicas formas de obtenção do tipo de dado que desejamos; é eficaz para obter dados relevantes e significativos; os dados são passíveis de mensuração e análise; obtenção de respostas mais precisas dos informantes, pois têm a vantagem de poder utilizar perguntas complementares; análise das reações do entrevistado às perguntas realizadas (gestos, tom de voz, postura física); oferece flexibilidade, pois o entrevistador pode repetir e esclarecer as perguntas, ao contrário de um questionário. A respeito da estrutura da entrevista, para os autores Silva e Russo (2019, p.3), a entrevista semi-estruturada é definida como:

Em uma entrevista guiada, há uma orientação mais qualitativa, buscando maior interação entre entrevistador e entrevistado. Essa entrevista pode ser conduzida entre duas ou mais pessoas de forma presencial ou mesmo à distância, com o uso de tecnologias como Skype, FaceTime, entre outros. Este tipo de entrevista possui um roteiro previamente elaborado, mas permite o surgimento de perguntas durante a interação entre os interlocutores.

Para a seleção e recrutamento de amostras durante o processo de aplicação de entrevistas, foi utilizada a técnica de amostragem Bola de Neve. Vinuto (2014) aponta que esta técnica não possui caráter probabilístico, e que vai utilizar principalmente cadeias de referência, ou seja, a primeiro momento não existe um número predeterminado de amostras, não sendo possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa. A partir do contato inicial com a atual coordenadora da OCA - Centro Cultural Indígena Kawã Poty Guarani, localizada no Bairro Élisson Prieto, localizamos um total de 3 participantes para a aplicação das entrevistas.

De acordo com Vinuto (2014, p.203) esta técnica é principalmente utilizada para fins exploratórios, dependendo do tema da pesquisa, mas no geral sempre vai partir dos objetivos: melhor compreensão do tema analisado, desenvolver métodos a

serem empregados nos estudos e fases subsequentes e testar a viabilidade de realização de um estudo com maior amplitude. A autora em sua obra traz o passo-a-passo de como a amostragem em bola de neve se desenvolve:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador.

Por ser uma pesquisa que envolve seres humanos - e neste caso específico, envolvendo populações vulneráveis de acordo com a Resolução N^o 466 de 12/12, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que, ao analisar e decidir, se tornou corresponsável por garantir a proteção dos participantes.

Durante o processo de aplicação das entrevistas, foi entregue aos participantes um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) que informava um breve resumo do trabalho, objetivos da pesquisa, potenciais riscos e benefícios, além de informar todos os direitos do entrevistado conforme a Resolução N^o 466 de 12 de dezembro de 2012, de forma a auxiliá-lo caso algum imprevisto ou problema ocorresse durante ou após a realização das entrevistas. Este TCLE foi assinado por cada participante após prévia leitura do termo, garantindo que o acesso e análise dos dados coletados serão utilizados apenas pelo pesquisador e que em nenhum momento os participantes da pesquisa serão identificados.

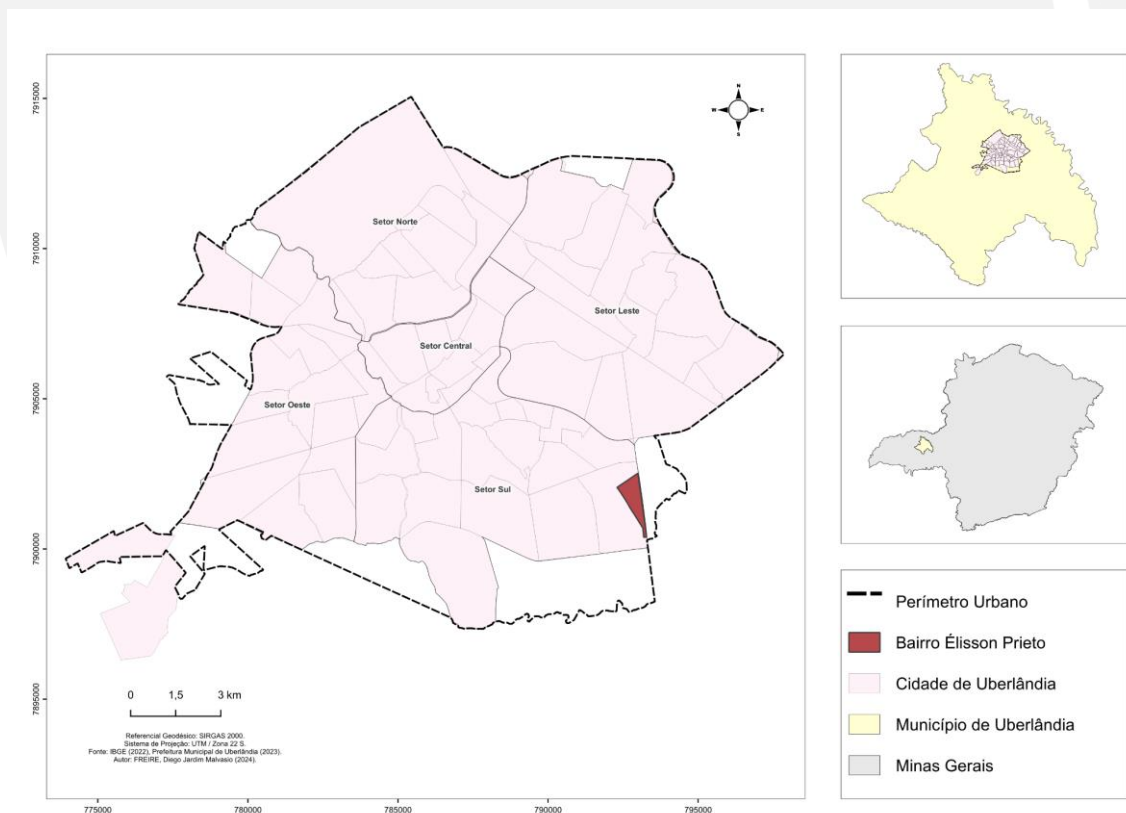
Os dados primários obtidos através das entrevistas foram utilizados como citações diretas ao longo da pesquisa. Para garantir sigilo dos entrevistados, de forma a protegê-los após publicação da pesquisa, foram utilizados códigos para a identificação dos entrevistados. Essa codificação consistiu em atribuir uma letra do

alfabeto para cada entrevistado, de forma a identificá-lo (ex.: Entrevistado A, Entrevistado B).

O BAIRRO ÉLISSON PRIETO

O Bairro Élisson Prieto teve sua formação iniciada em 2012 com a criação da até então Ocupação Paulo Freire. O bairro, popularmente conhecido como “Assentamento Glória” é uma área localizada às margens da BR-050, no Setor Sul de Uberlândia, fazendo divisa com o bairro São Jorge, conta com uma área de 65 hectares que resulta em aproximadamente 683.613,9 m² (Mapa 01). De acordo com o IBGE (2023), atualmente o bairro conta com cerca de 15.000 moradores e aproximadamente 2.200 famílias.

Mapa 01 – Localização dos setores da cidade de Uberlândia e do bairro Élisson Prieto



Fonte: IBGE (2022), Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Autor: DIEGO, Freire Jardim Carvalho, 2024.

Em meio a mais de vinte ocupações que marcaram a paisagem urbana de Uberlândia, a ocupação Paulo Freire, se destacou como um símbolo de luta e perseverança de famílias trabalhadoras. A história do assentamento é um reflexo das desigualdades que persistem em nosso país. A falta de moradia digna é um problema que afeta milhares de famílias, que se veem obrigadas a ocupar áreas irregulares para garantir moradia. A ocupação se originou como um desdobramento de outro movimento de ocupação, após o despejo de aproximadamente quatro mil famílias que moravam nos arredores da CEASA, também situada na cidade de Uberlândia. A área ocupada, conhecida como Triângulo do Glória, pertencia à Fazenda do Glória, de propriedade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (Figura 01).

Figura 01 - Foto de satélite 3D da Zona Sul de Uberlândia demarcando o Bairro Élisson Prieto



Fonte: Google Earth, 2024.

Inicialmente batizada de "Paulo Freire", a ocupação recebeu o nome "Élisson Prieto" em 4 de novembro de 2012. A homenagem foi feita ao falecido professor do Instituto de Geografia da UFU, Élisson Cesar Prieto, um grande defensor da causa da moradia digna e um forte aliado dos movimentos sociais.

Após anos de luta e resistência por parte dos moradores e de intensas negociações institucionais, um marco histórico foi celebrado em 14 de dezembro de

2017. A assinatura do termo de compromisso entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o Ministério Público Federal, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas) e a coordenação do movimento de ocupação, representando um passo fundamental para a regularização fundiária da área. O acordo definiu as diretrizes, responsabilidades, prazos e demais aspectos relacionados ao processo de regularização. A área, que por anos se encontrava em situação irregular, foi transferida inicialmente ao estado de Minas Gerais que o repassou à Cohab Minas, que teve a responsabilidade de promover, no prazo máximo de cinco anos, a regularização do terreno, que passou do status de ocupação para um bairro propriamente dito.

Mesmo após sete anos desde o início do processo de regularização do bairro, ele ainda continua com uma infraestrutura precária, onde o DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) ainda não conseguiu atender todas as residências no que se refere à distribuição de água e tratamento de esgoto. Além disso, a maioria das vias de transporte ainda não foram pavimentadas, o que gera uma série de transtornos aos moradores em períodos chuvosos, limitando a circulação de pedestres e veículos.

INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO

Dados do Censo do IBGE de 2022, divulgados em de agosto de 2023, trazem um panorama atualizado da população indígena no Brasil. Os números indicam um crescimento significativo de 89% em relação ao Censo de 2010, com um total de 1.693.535 indígenas no país. Um aspecto marcante revelado pelo levantamento é a distribuição espacial dessa população. Ao contrário do imaginário comum, mais de 60% dos indígenas residem fora das terras indígenas demarcadas. Essa realidade crescente dos indígenas em contexto urbano torna ainda mais relevante a compreensão de suas dinâmicas e desafios nesse ambiente. Os últimos dados censitários do IBGE referente a cidade de Uberlândia demonstram que existem mais de 700 indígenas morando na cidade, sendo eles de várias etnias indígenas diferentes. Cada um deles têm um motivo específico para hoje estarem vivendo neste contexto urbano.

A presença de indígenas nas cidades brasileiras não é um fenômeno recente, mas sim uma realidade que está intrinsecamente associada à própria história do país.

Desde o período colonial, povos originários foram integrados – muitas vezes de forma coercitiva – ao tecido urbano, contribuindo para a construção e o desenvolvimento das cidades.

Ao analisarmos a época colonial notamos, como prática recorrente, a edificação de vilas e cidades próximas às aldeias indígenas já existentes, para que estas servissem de reservatório de mão de obra e muitas vezes auxiliassem na própria alimentação dos colonos. Havia também os chamados descimentos, muito praticado no atual estado de São Paulo, que configuravam-se no deslocamento de aldeias inteiras do interior para as periferias das vilas, com os mesmos propósitos acima citados. (Callefi, 2003, p. 14.)

Apesar da presença histórica dos indígenas nas cidades brasileiras, sua existência nesse contexto ainda é generalizadamente ocultada. Essa invisibilidade é sustentada por estereótipos e argumentos discriminatórios que criam barreiras quanto ao reconhecimento e garantia dos direitos desses povos. Um dos mecanismos mais utilizados para invisibilizar os indígenas em contexto urbano é a polarização artificial entre aldeado e desaldeado. Essa categorização cria a falsa ideia de autenticidade para somente indígenas que residem nas aldeias ou áreas afastadas dos centros urbanos. Nesta lógica, os indígenas aldeados, que vivem em Terras Indígenas demarcadas, são considerados legítimos, enquanto os indígenas desaldeados, que residem nas cidades, são tidos como menos autênticos ou até mesmo desaculturados.

Ao chegarem às cidades, os indígenas convivem com um tipo de discriminação comum: a negação da identidade indígena. Ao se distanciar do perfil esperado do que é ser índio (aquele que vive na floresta, distante do restante da população), eles afirmam ser tachados de aculturados, ou seja, integrados ao mundo não indígena. Portanto, são invisibilizados e isso se reflete na completa ausência de políticas públicas voltadas para esse grupo específico (Risiu, 2020, p. 5)

Essa categorização não apenas ignora a diversidade das experiências indígenas, mas também serve como ferramenta para negar direitos e legitimar a discriminação. Ao serem rotulados como "desaldeados", os indígenas em contexto urbano perdem o acesso a políticas públicas específicas e são vitimizados por preconceitos e práticas excludentes. Porém, de acordo com Castilho e Castilho (2023, p.124) hoje no meio acadêmico não há consenso sobre qual terminologia utilizar: índios desaldeados, índios urbanos, índios citadinos ou índios em contexto urbano. Este trabalho adotou o

termo “indígenas em contexto urbano” justamente após realização das entrevistas, em que os próprios entrevistados afirmaram que este é o termo usado dentro da própria comunidade indígena.

Portanto torna-se fundamental reconhecer que a presença indígena nas cidades não significa perda de identidade cultural. Pelo contrário, os povos indígenas urbanos constroem suas próprias formas de viver a cultura, preservando suas tradições e valores de maneira dinâmica e criativa.

Até hoje vou pros lugar as pessoas olham pra mim...entra na minha rede social, têm coisas de doer, coisas terríveis, e falam que não sou indígena, que eu ponho um cocar na minha cabeça, que eu ponho enfeites e uns adornos pra poder dizer que sou indígena, e que até eles podem colocar e dizer que são indígenas. Eu não ponho meus adornos para dizer quem eu sou. Sou indígena, mulher indígena, e tenho alegria de dizer que sou indígena. A minha história, o estado que eu nasci, e o histórico dos meus povos dizem o que sou. (Entrevistado A)

E quando realizamos uma análise em âmbito nacional, percebemos que grupos de indígenas em contexto urbano são encontrados em diversas áreas do país e, as condições de vida destes grupos podem variar amplamente, dependendo do contexto específico em que vivem. Existem diversas razões pelas quais estes indígenas não estão vivendo em seus territórios originários ou terras demarcadas. Estes grupos podem então preferir manter uma conexão mais direta com seus territórios originários ou, em uma situação contrária, ter sido forçados a deixar suas terras originais e migrarem para as cidades devido a conflitos fundiários, pressões econômicas ou outros fatores externos.

A situação destes grupos de indígenas em contexto urbano pode ser bastante complexa, pois como observado em muitos casos, vão enfrentar vários desafios significativos devido à falta de assistência por parte da própria cidade, tendo dificuldade de acesso a serviços básicos, além do próprio preconceito que sofrem por serem indígenas. Além disso existe o problema da discriminação, marginalização e consequentemente violações dos direitos humanos, devido ao fato de que seus territórios são consequentemente objeto de disputas e interesses econômicos.

A gente sofre muita ameaça ali. Teve um dia que a igreja da frente quebrou um retrovisor do carro do meu irmão. É por raiva mesmo, no meio de um culto nosso. Um dia, eu e a cacique, lá sentado na porta, eles gritaram que a gente não tem que se misturar. Tem hora que a gente vê que tem pedra jogada lá para dentro da oca. Então assim. É lógico que não chega ao pé dos nossos parentes, que às vezes tem que enfrentar um fazendeiro, né? Mas são mínimas coisas que não tem como aceitar, sabe? Sendo que a gente chegou, a gente já é o primeiro povo do Brasil, não somente por ser indígena, mas nós somos do Tupinambás, nós somos o primeiro povo indígena do Brasil. (Entrevistado C).

Cabe aqui ressaltar que nem todos estes grupos de indígenas em contexto urbano vão enfrentar situações de vulnerabilidade extrema. Há exemplos de grupos que conseguiram encontrar formas de preservar suas tradições e modos de vida, enquanto estão inseridos em meio a dinâmica da cidade e da sociedade circundante. Através da agricultura, artesanato, turismo comunitário e outras atividades estes grupos conseguem se inserir na economia e buscar a autossuficiência.

Entender as motivações por trás da migração indígena para as cidades é crucial, especialmente considerando o aumento constante da população indígena em centros urbanos. Ao analisarmos esse processo em detalhes, fica evidente a crescente migração desses povos para as áreas metropolitanas. De acordo com Nakashima e Albuquerque (2011), a presença indígena nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, um dos principais pólos históricos de migração do país, é reflexo de um processo complexo e doloroso: o deslocamento forçado de suas terras tradicionais para os centros urbanos. A adaptação à vida urbana é um processo árduo e contínuo. As cidades, muitas vezes hostis e segregadoras, exigem que os indígenas aprendam novas regras, costumes e linguagens. A luta pela preservação de suas tradições e pelo reconhecimento de seus direitos se torna ainda mais intensa nesse contexto.

Nakashima e Albuquerque (2011) oferecem uma análise que aponta alguns motivos que levaram ao aumento da população indígena nos centros urbanos. O estudo aponta três fatores principais que contribuem para esse crescimento: a) as cidades brasileiras experimentam um crescimento natural da população, o que inclui a comunidade indígena. O aumento da natalidade e a maior expectativa de vida dentro

das comunidades indígenas contribuem para esse crescimento; b) o estudo destaca as migrações internas dentro do próprio estado como um fator importante. Indígenas de áreas rurais migram para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida, acesso a serviços básicos como saúde e educação, e por motivos familiares; c) além disso, os autores reconhecem o aumento do número de pessoas que se autodeclararam indígenas, mesmo não vivendo em aldeias. Essa mudança pode ser explicada pelo desejo de garantir direitos básicos e fortalecer a identidade étnica e cultural.

O choque cultural, a discriminação e a falta de políticas públicas específicas para a população indígena geram dificuldades de integração à vida urbana, por exemplo, limitando o acesso a direitos básicos como moradia, saúde e educação. Além disso, a imersão no contexto urbano coloca em risco a preservação da identidade cultural indígena, ameaçando seus costumes, tradições e línguas maternas. Apesar das dificuldades enfrentadas neste processo de adaptação ao meio urbano, a comunidade indígena demonstra grande força e resiliência. Através da organização em associações e movimentos sociais, lutam por seus direitos e por políticas públicas que garantam sua inclusão social e a valorização de sua cultura.

Uma forma que os indígenas que residem no bairro Élisson Prieto encontraram de valorizar e manter viva sua cultura e costumes foi manter a tradição de suas rezas e rituais, que são realizados periodicamente no bairro. Além disso, de acordo com os entrevistados, também ocorrem oficinas de artesanato, pintura e outros eventos relacionados à cultura indígena. E foi através do Centro Cultural Kauã Poty Guarany, que atualmente é coordenado por uma liderança indígena do bairro, que estes indígenas conseguiram criar uma rede de conexão com outros indígenas de Uberlândia e região, que também estão inseridos em contexto urbano.

No ano de 2006 eu conheci a Cacica Kawany Poti Guarany, foi a cacica que resgatou os povos indígenas de Uberlândia e região, das cidades próximas, onde então ela fundou o MINA - Movimento dos Povos Indígenas Não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ai, no ano de 2017 ela passou o grande rio (faleceu), em 17 de maio de 2017. E ela deixou o legado e a história pra mim continuar. Foi onde eu comecei, e recebi o título de Cacica, onde começou toda a história, e hoje já não é mais MINA, é OCA - Centro

Cultural Indígena Kawã Poty Guarani, e não chama mais não-aldeado, os povos indígenas que vivem na cidade, hoje é “indígenas em contexto urbano”. (Entrevistado A)

Através destes eventos que são promovidos pela OCA (figura 02), os indígenas residentes no bairro Élisson Prieto conseguiram uma forma de interação não só com os indígenas da cidade e região, mas também com os próprios moradores do bairro.

Figura 02 - Evento realizado na OCA - Centro Cultural Poty Guarani



Fonte: BDGM Cultural. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/uberlandia-terra-indigena>

As nossas festas, principalmente, são os momentos que a gente tem a maior comunhão com o bairro inteiro. Porque a gente faz comida de graça, né? É muita comida, a gente acredita que a fartura tem que ser pra todo mundo né? Ano passado nosso Arraiá Tupinambá, a gente fez 6 tipos de bolo, 3 tipos de caldo, fez um ainda um arroz, uma feijoada. Nossa, tinha quentão, aí tinha pinga, tinha cerveja, tudo de graça, cara, tudo de graça, aí o pessoal do bairro comparece. Aí, tipo assim, tem muita gente que só vai ali, não aparece nunca mais, mas tem muita gente que fica. E essas que ficam que a gente consegue frutificar mais, né? Muitas delas são indígenas das que ficam. E aí a gente consegue articular para ter nossos ritos que a gente faz.

Nossas pinturas, nossos artesanatos, especialmente as plantações que vem sendo o principal meio da gente entrar em contato com essas pessoas. (Entrevistado C)

Mesmo que ainda existam preconceitos e represálias por parte de alguns moradores da região, muitos se interessam e frequentam esses eventos, mesmo não sendo indígenas. E é também através desses eventos que esses indígenas conseguem valorizar e divulgar sua cultura, mantendo-a viva. Além disso, esses eventos servem como forma de resistência à sociedade hegemônica que ainda tenta apagar sua história, além de serem a forma que eles encontraram de construir vínculos com o bairro, dotando este território de certos valores.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: A LIGAÇÃO COM O ESPAÇO OCUPADO

O movimento de migração de povos tradicionais para os centros urbanos está diretamente ligado ao território. Na maioria dos casos, os indígenas em contexto urbano vão surgir a partir do momento em que perdem suas terras originárias. Assim, para esta análise acerca das migrações dos indígenas para os centros urbanos, também é necessário que seja discutido a categoria território.

Na análise sobre território, Raffestin (1993) assume um papel central. Segundo ele, para entendermos a relação entre o homem e o espaço é crucial reconhecermos que o espaço preexiste ao território. Afirmar "espaço" e "território" não implica em equivalência, pois, embora frequentemente confundidos, são conceitos distintos.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (Raffestin, 1993, p. 50).

Nesta perspectiva, o território emerge como um espaço moldado pelo trabalho humano. O espaço serve como base para o território, porém as duas categorias não se confundem. O território é uma produção social a partir do espaço. Embora a distinção entre espaço e território seja crucial, sua interconexão é inegável. Sem espaço, não há

território. Essa relação intrínseca exige uma compreensão clara das diferenças entre as categorias, sem perder de vista sua profunda ligação. Compreende-se então que os territórios vão além de um espaço geográfico demarcado a partir de ações político-administrativas, e representam nosso local de subsistência, nosso espaço de vida, construído a partir das relações que estabelecemos.

Ao refletir sobre o território, frequentemente o associamos ao Estado-nação. Essa associação é tão profunda que, por vezes, parece impossível abordar um sem mencionar o outro. Historicamente, predominava a visão do território como subordinado ao Estado-nação. De acordo com Milton Santos (2012) o território é a base fundamental do Estado-nação, moldando-o e sendo moldado por ele. No entanto, no contexto do mundo contemporâneo, passamos da noção tradicional de Estado territorial para a concepção pós-moderna de transnacionalização do território.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (Santos, 2012, p. 138).

Para Milton Santos (2002) o território transcende a mera soma de formas naturais, configurando-se como um mosaico de sistemas naturais e artificiais, entrelaçados com pessoas, instituições e empresas, independentemente de seu poder. Essa complexa teia de elementos se manifesta nas divisões jurídico-políticas, nas heranças históricas e no panorama econômico, financeiro, fiscal e normativo de cada local. É nesse contexto que o território se ergue como palco da vida social, onde tudo se interliga, tecendo uma fusão entre o local, o âmbito nacional e o global. Santos (2007) realiza uma distinção que passa a ser muito utilizada entre o que ele denomina de território como abrigo e território como recurso. Ele coloca que a grande diferenciação existente é que enquanto os sujeitos hegemônicos veem o território para uso, sendo fonte apenas de recursos; os sujeitos hegemonzados, o veem como abrigo

e estão a todo momento modificando e recriando métodos e estratégias a fim de sobreviver *do e no* território.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, p. 14)

Seguindo essa mesma análise acerca dos aspectos atrelados ao território, Haesbaert (2007, p. 20) nos traz esta divisão do território como esfera de atuação dos poderes, mas também como um espaço em que é adicionado certos valores, relacionados a identidade específica daquele local:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

Visto que o território pode ser compreendido a partir do espaço físico que habitamos, quanto a partir dos usos e sentidos que dotamos a ele, partimos da premissa que para a compreensão do território em sua totalidade, devemos levar em conta determinadas categorias, e que para este trabalho focamos na identidade, a qual está diretamente associada à relação que a sociedade estabelece com o espaço habitado.

E particularmente quando tratamos de populações indígenas, estas possuem uma forte relação com seu território, seja do ponto de vista físico ou simbólico. Para além disso, quando analisamos a questão das migrações e do processo de assentamento destes indígenas nas cidades, percebe-se que estes grupos possuem um processo contínuo de adaptação ao espaço urbano, que de acordo com Haesbaert (2005) vai implicar em uma necessidade de afirmação territorial e identitária. Para Haesbaert (2005), o conceito de território estará relacionado a duas questões: a característica funcional, relacionada à questão de posse, propriedade e dominação, ou seja, o local onde vão ocorrer as relações de poder; e a característica simbólica, que está relacionada

às questões identitárias e culturais, onde a relação com o território vai ser de apropriação e pertencimento, do uso e do vivido.

Haesbaert (2007) afirma que para o geógrafo, tradicionalmente, cabia manter os pés no chão e enfatizar a materialidade do território. No entanto, a realidade contemporânea, imersa nas subjetividades, incorporou, com certa ênfase, uma visão "mais idealista" do território no próprio âmbito das proposições geográficas. Nesta lógica contemporânea, a subjetividade - ou o aspecto simbólico, vai ter mais relevância frente ao aspecto físico do território, onde busca-se entender qual a relação que a sociedade estabelece com o território, e quais os valores que lhe são atribuídos.

Para Oliveira (1976) a identidade se constrói através do contraste e da oposição, seja por ação individual ou grupal. Essa construção implica na afirmação de um "nós" em relação aos "outros". A identidade étnica, por exemplo, é uma modalidade da identidade social que se define pela diferença. Essa diferença permeia qualquer situação social e pode gerar desigualdade. Em outras palavras, a identidade do "diferente" se revela na relação contrastiva com o "mesmo".

Castells (1999), ao afirmar que toda construção social de identidade ocorre em um contexto marcado por relações de poder, propõe três formas de origens de construção de identidade, que são: Identidade legitimadora, que diz respeito a identidade que é introduzida pelas instituições dominantes a sociedade; Identidade de resistência, a qual é criada por atores em condições desvalorizadas pela lógica da dominação, criando então uma identidade a partir da resistência e sobrevivência; e Identidade de projeto, onde atores sociais utilizando de instrumentos culturais, constroem uma nova identidade buscando a transformação de toda a estrutura social, redefinindo sua posição na sociedade. E ao analisar o contexto dos indígenas que residem em centros urbanos, podemos perceber que suas identidades vão surgir justamente a partir da resistência frente à sociedade, frente a identidade legitimadora. E, de acordo com Castells (1999, p. 57):

Identities that begin as resistance can end as projects, or even become dominant in the institutions of society, transforming themselves into legitimating identities to rationalize their domination.

Esta noção de identidade traz então a noção de multiplicidade, da diferença, de contraste frente ao outro, e também nos aproxima a partir dos significados comuns que lhes é dado, especialmente quando voltadas ao território. E quando analisadas, todas estas identidades de alguma forma foram influenciadas devido a questões históricas, biológicas, geográficas, e também por instituições. Devido a este motivo, tais identidades devem ser compreendidas em seus contextos específicos e em sua história ao longo do tempo. E a construção da identidade territorial, que está relacionada diretamente ao território habitado, seja ela de nascimento ou de adoção, exige um processo contínuo de diálogo entre as pessoas que habitam o local. Através de suas interações diárias, podemos compreender as nuances culturais e históricas que moldam essa identidade, reconhecendo-a em sua forma mais autêntica e legítima.

Segundo Haesbaert (2007) a identidade territorial entrelaça-se à produção do território, moldando-a tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos. Ela se configura como um elo entre as características específicas de grupos, nações, estados, cidades e regiões, e a formação das identidades pessoais. Essa interconexão revela a influência do lugar onde vivemos ou do qual nos originamos na construção de quem somos. Ao habitar um território, o indivíduo se envolve em um processo dinâmico de apropriação de seus elementos, moldando, consciente ou inconscientemente, sua identidade. Além disso, a identidade territorial não se constitui como algo sólido, mas sim como um organismo vivo em constante transformação, se configurando em um diálogo contínuo, onde a identidade se constrói e se reconstrói em um ciclo de mútua influência.

Ao analisarmos o contexto dos indígenas do bairro Élisson Prieto, percebe-se que eles já construíram sua identidade territorial, possuindo um forte vínculo com o local em que vivem e que praticam seus ritos e rezas. Por mais que o bairro não seja o território originário deles, construíram uma identidade associada com aquele bairro, associando elementos de sua cultura ao espaço em que habitam, fortalecendo este vínculo, conforme evidenciado pelo entrevistado C:

Acho que você viu aquela plantação de bambu. A gente não sabe te dizer nem quantos anos de história ela tem, porque ela tava antes da Poty chegar e foi uma visão daqueles bambus que fortaleceu e incentivou a luta da Poty. Então ali ficaram as moradas dos nossos caboclos. Aquilo já foi muito maior nos 11 anos atrás, era uma matagal de bambu, tudo, e a gente precisou cortar pra fazer as reforminha, né? E lá atrás também tem uma bananeira que tem tempo.

Outra morada de caboclo. Então, é como se fosse os Cariri, por exemplo, lá em Alagoas tem a uricuri e que é um pedaço da mata onde mora Jurema.. para nós Tupinambás, indígenas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, aquele matagal de bambu e o matagal de bananeira lá atrás, são os bem mais sagrados que a gente tem. (Entrevistado C)

Para Saquet (2007), a identidade territorial vai além do simples pertencimento a um lugar. Ela é o resultado de um processo chamado territorialização, marcado por elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferenciação. O território não é apenas um espaço físico, mas sim uma construção social, produto e condição da vida em sociedade. Ele influencia na formação da identidade local, moldada por ações coletivas e permeada por componentes objetivos e subjetivos. Essa identidade se manifesta em diferentes níveis, desde o local até o extra local, demonstrando o caráter dinâmico e ativo do território.

As mudanças que ocorrem no território, sejam elas sociais, econômicas, políticas ou ambientais, reverberam na identidade de seus habitantes, exigindo constantes adaptações e redefinições. A cultura local, com seus costumes, crenças e valores, molda a visão de mundo dos indivíduos, influenciando sua maneira de pensar, agir e se relacionar com o outro. A história do lugar, marcada por eventos e personagens, contribui para a formação do senso de pertencimento e da memória coletiva.

O evento em comemoração ao dia dos povos indígenas promovido pelo Centro Cultural Indígena Kauã Poty Guarany (figura 3) é um exemplo do processo de luta e fortalecimento da identidade e da territorialidade. Na programação (figura 4) fica evidente que trata-se de um espaço de fortalecimento e celebração da cultura e dos saberes ancestrais, expressos em seus rituais tais como: danças tradicionais (porancin), músicas, roda de rapé, chá da Jurema, orações, confecções de arte e artesanatos indígenas, etc.

Figura 03 e 04: Cartazes de divulgação do dia dos povos indígenas - Uberlândia



Fonte: Instagram do Centro Cultural Indígena Kauã Poty Guarany. Disponível em:

<https://www.instagram.com/cultural.potyguarany?igsh=MWZseGVxN3Ztem44ZQ==>. Acesso em Abr.

2024.

A identidade individual e coletiva se constrói a partir desta relação com o território. Ao se apropriar de seus elementos materiais e imateriais, o indivíduo molda sua visão de mundo e seu senso de pertencimento, criando assim sua territorialidade, que se manifesta em valores como o patriotismo, vínculo com o território habitado, diferenciação, afirmação ou competência com outros grupos sociais ou territoriais.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado -como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (Haesbaert, 2007, p. 25)

A territorialidade considera o agrupamento de elementos específicos que passam a ser considerados na territorialidade regional. A territorialidade, ao se

manifestar nas relações sociais e nas atividades cotidianas, impulsiona a reorganização da vida das pessoas. Isso se traduz na criação de normas e costumes, na definição de papéis sociais e na busca por soluções para os desafios do dia a dia. Além disso, as obras materiais e imateriais produzidas no território, como templos, canções, crenças, rituais, valores, casas e ruas, servem como espelhos da identidade local, revelando os costumes, as tradições e os valores que moldam a vida das pessoas.

Hoje a gente já tem a nossa plantação de jenipapo, de urucum. A gente já encontrou um lugar que inclusive é o lugar que a gente consegue a nossa terra, que tem argila de todos os tipos, que dá para a gente fazer todos tipos de tinta, com a argila amarela, dá para fazer tinta amarela, argila cinza, dá para fazer uma tinta cinza. (Entrevistado C)

E esta complexa relação entre o sujeito e o território, entre o indígena e a cidade, se dá através da dinâmica da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização). A territorialização se configura como uma estratégia de conquista e posse de um espaço geográfico, constituindo a base da identidade territorial. Já a desterritorialização, por sua vez, representa o abandono, seja espontâneo ou forçado, dessa territorialização. Por fim, a reterritorialização emerge como a construção de uma nova identidade territorial, a partir de um novo espaço geográfico. Tal dinâmica faz parte da trajetória da maioria dos indígenas que hoje habitam o bairro Élisson Prieto, principalmente no que se diz respeito a territorialização.

Os processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização estão ligados, complementam-se incessantemente. Na descontinuidade, há a re-produção de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, material e ideologicamente. Na mobilidade de força de trabalho, na viagem, os migrantes também vivem, experimentam, têm relações, territorialidades. E, reterritorializando-se, re-produzem aspectos da forma de vida anterior, cultural, econômica e politicamente.. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. (Saquet, 2007, p. 69,71)

Como foi identificado nas entrevistas, estes indígenas vivem um contínuo processo de territorialização, de construção de uma identidade territorial junto a este novo território em que habitam. Para a maioria deles, não houve um processo de desterritorialização, visto que já nasceram em centros urbanos, não havendo esta

perda de um território originário já territorializado. Através de sua cultura e costumes, conseguiram criar uma identidade individual e grupal associada diretamente àquele território, dotando aquele espaço de certos valores e significados, criando assim sua territorialidade.

Me sinto bem morando aqui no bairro e em Uberlândia, mas eu gostaria muito de ter minha aldeia, meu sonho é a gente ter nosso cantinho. Mas como eu já nasci aqui, me sinto sim uberlandense.. mas gostaria de ter uma aldeia, pra gente plantar né, nossas comidas que a gente gosta. Criar um peixe, criar um animal. (Entrevistado B)

Como foi observado em todas as entrevistas, por mais que hoje exista este sentimento de pertencimento ao bairro e à cidade, entrevistados afirmaram que hoje o principal objetivo do grupo é possuir seu próprio território, devidamente demarcado e, se possível, afastado da cidade, para que possam cultivar a terra, plantar seus alimentos, criar seus animais e poder realizar seus ritos e rezas sem o receio de que haja represália, pois infelizmente eles tiveram que abdicar da realização de alguns rituais justamente para evitar retaliação. Porém, quando analisamos o contexto destes indígenas que hoje residem no bairro Élisson Prieto, conseguimos observar a forte relação que eles possuem com o bairro, com o Centro Cultural OCA foi construído, e através dessa relação com o bairro, conseguiram criar suas territorialidades e identidade associada com aquele território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença indígena marca a paisagem urbana de diversas cidades brasileiras, e em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, não é exceção. Longe de serem estáticas, as identidades dos indígenas em contexto urbano residentes no bairro Élisson Prieto se constroem e se reinventam em um processo fluido e dinâmico. Essa fluidez se manifesta na maneira como se relacionam com a cultura urbana, preservando seus valores e tradições ancestrais, ao mesmo tempo que se adaptam às novas realidades da vida na cidade.

A construção destas identidades e territorialidades em meio ao contexto urbano se dá por meio de um processo de negociação constante com a sociedade circundante. Os indígenas negociam seus direitos, sua cultura e sua forma de vida com a sociedade hegemônica, buscando garantir o respeito à sua diferença e a preservação de seus costumes. Essa negociação resulta em parte da tradição indígena se mesclando com elementos da cultura urbana, criando novas formas de expressão e identidade.

Inicialmente, quando nos deparamos com a problemática da pesquisa e os conceitos que foram propostos a serem trabalhados, a primeiro momento parecia ser um complexo desafio abordar questões como territorialidade e identidade territorial, visto que os indígenas hoje do Élisson Prieto não vivem em seu território originário e, além disso, vivem em um contexto urbano. Porém, no decorrer das entrevistas, identificamos que hoje eles possuem uma forte relação com o local em que vivem, possuindo áreas que são sagradas (as moradas de caboclo), possuindo suas territorialidades associadas àquele bairro.

Porém, por mais que hoje o cenário atual contribua para a autodeclaração, devido a uma série de fatores tais como a implementação de políticas públicas que priorizam e valorizam populações tradicionais e o crescimento do movimento indígena no Brasil, percebe-se que ainda há uma grande parte da população indígena brasileira que possui certo receio de se autodeclarar como indígena. Muitos preferem não carregar esta bandeira, que é uma bandeira de luta e resistência. Resistência, pois, como observado a partir das falas dos entrevistados, por mais que no Brasil exista uma tendência da valorização da cultura de populações tradicionais, ainda existe um grande estigma quanto as populações indígenas. O racismo e o preconceito ainda possuem grande força e, ser indígena hoje no Brasil significa ter resiliência quanto a estes problemas. Além do mais, na maioria das cidades não existem leis que tratem dos indígenas em contexto urbano, o que por consequência traz certa dificuldade a estas populações quando se trata de direitos básicos, como saúde e educação.

Porém, o que foi observado é que os indígenas do bairro Élisson Prieto, através da divulgação e promoção de eventos e oficinas relacionados à sua cultura, conseguiram criar laços com o bairro e com o território que habitam. Por mais que ocorra retaliação por parte de alguns moradores, foi através da sua cultura que encontram forças para seguir lutando por seus direitos e pela conquista de seu

território. Esta interação dos indígenas com outras culturas no contexto urbano, longe de apagar sua própria cultura e identidade, contribui para o seu fortalecimento. Através do diálogo e da troca com diferentes culturas, os povos indígenas reelaboram seus costumes e tradições, adaptando-os à nova realidade da vida na cidade sem abrir mão de suas raízes ancestrais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **O regime imagético Pankararu: tradução intercultural na cidade de São Paulo.** 422f. Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

AMPARO, Sandoval dos Santos. Questão indígena como questão urbana: notas para a construção de uma problemática geográfica. **Revista Ensaios de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 32-58, 2012.

BAINES, S. G. As chamadas aldeias urbanas ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**, Brasília, DF, v. 1, n. 7, p. 15-17, nov./dez. 2001. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm#001. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3> Acesso em: 15 jan. 2024.

BRITO, F. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, **Anais...**Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 1-25.

CALEFFI, Paula. "O que é ser índio hoje?" A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI." Diálogos Latinoamericanos, vol. , no. 7, 2003, pp.20-42. Redalyc. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200702>. Acesso em 17 jan. 2024.

CARVALHO, Priscila D. de. (2007). Índios na Cidade. Disponível em: http://www.webbrasilindigena.org/?page_id=177. Acesso em: 19 Fev. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999

CASTILHO, Mariana Wiecko Volkmer de; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. O desafio da invisibilidade dos indígenas em contexto urbano. **Confluências Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito**, v. 25, n. 3, p. 120-140, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/conflu.v25i3.59956>. Acesso em 5 de fev. de 2024.

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** 4 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 456 p.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia cultural: uma analogia**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219 - 238.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. P. **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41,

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200>. Acesso em: 27 Fev. 2024.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, Goiânia, v. 2, n. 23, p. 35-52, jul./dez. 2004.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. São Paulo. **Anais...**São Paulo, 2005, p. 6774 – 6792. Disponível em: www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em: 10 Nov. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Periódico GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. IX , n. 17, p. 19-46, 2007.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004. CD. Room. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade. Cordis. **História: Cidade, Esporte e Lazer**, São Paulo, n. 14, p. 118-136, jan./jun. 2015.

NAKASHIMA, E. Y. **Reatando as pontas das ramas: a inserção dos alunos da etnia indígena Pankararu em uma escola pública na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado – Psicologia e Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NAKASHIMA, E. Y.; ALBUQUERQUE, M. A. dos S. A cultura política da visibilidade: os Pankararu na cidade de São Paulo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 182-201, jan./jun. de 2011.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciência Sociais, 1976.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RISIU. Red de Investigaciones sobre Indígenas Urbanos. Indígenas em contextos urbanos no Brasil e os impactos da pandemia da Covid-19. **Relatório**. 2020. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/handle/bvs/3448>. Acesso em 12 janeiro de 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, L. F. da,; RUSSO, R. de F. S. M. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. **Revista De Gestão E Projetos**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 1–6, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/gep.v10i1.13285>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SOUSA, A. A. de. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino De Geografia**, n. 30, p. 119–132, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>.

SOUZA, J. L. de. Da desterritorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 73 – 80, out. 2007.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>. Acesso em: 29 fev. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Acesso em: 29 fev. 2024.